



HEL S I N K I p r o c e s s

Processo de Helsínquia sobre a Globalização e a Democracia **Grupo de Helsínquia**

DECLARAÇÃO

A globalização transforma e modela o mundo de formas sem precedentes e inesperadas. As percepções sobre os benefícios e efeitos negativos da globalização variam muito. Quaisquer que sejam as nossas opiniões sobre a globalização, reconhecemos a importância de trabalhar em conjunto para abordar os desafios que a globalização coloca à democracia, desenvolvimento e governança.

Actualmente, o mundo enfrenta muitas crises, algumas das quais são sem precedentes e poderiam colocar em perigo a sobrevivência da humanidade. Estas incluem sérios problemas ambientais, a persistência da insegurança e da pobreza, a polarização social e as ameaças de terrorismo. As pessoas e Estados têm que agir urgentemente para moldar o âmbito e os processos da globalização e tornar o mundo mais seguro, mais equitativo, mais justo e mais sustentável.

O Processo de Helsínquia sobre a Globalização e a Democracia requer uma abordagem inovadora para uma solução do problema global que questiona o pensamento tradicional, procura forjar novas ligações para a acção e ajuda a dirigir a vontade política e o poder dos governos para trazer uma mudança extensa e transformadora.

O Grupo de Helsínquia, convocado a convite do governo da Tanzânia e da Finlândia, reuniu-se várias vezes durante dois anos. O nosso grupo diverso foi formado por governos, municípios, organizações internacionais, sociedade civil, grupos de fé, comércio, sindicatos, instituições de pesquisa académica e de política geral; nós somos oriundos do Norte e do Sul.

Nós fomos inspirados pelo papel desempenhado nos anos 70 pelo primeiro Processo de Helsínquia, que coloca os direitos humanos e a segurança no centro da agenda política do dia, que ajudou à ligação do Oriente e do Ocidente e que contribuiu para o fim da Guerra Fria.

O Processo de Helsínquia do século 21 pode desempenhar um papel no que respeita a aproximação das pessoas, criando um mundo mais democrático através da promoção

da igualdade, da segurança humana, do respeito pelos direitos humanos e da protecção ambiental. Providenciando uma estrutura e processo político, a nossa ambição é criar um novo consenso internacional que aprofunda o entendimento e transforma as maneiras pelas quais os mundos humano e natural moldam a globalização e são moldados por esta.

Os valores que partilhamos e esperamos ver praticados a nível local, nacional, regional e internacional, são reflectidos nos valores estabelecidos nos tratados e compromissos relativos aos direitos humanos. De uma forma mais ampla, estes valores incluem: governança democrática, responsabilidade, dignidade do indivíduo, o trabalho decente, a ausência de violência e a sustentabilidade a nível do ambiente.

Estudamos o trabalho de outras comissões e consideramos que a contribuição do nosso grupo, com o apoio de dois governos generosos, podia fazer para abordar os maiores problemas políticos relacionados com a segurança, os problemas sociais, económicos, financeiros e ambientais dos nossos tempos.

As escolhas diante de nós são rigorosas. A inacção carregaria enormes custos em danos ambientais, agitação social e deslocação económica. Enquanto a acção parcelada ou de incremento pode ajudar na abordagem de alguns dos perigos de mais pressão, é obviamente inadequada a não ser que seja baseada numa análise clara do desafio e um forte compromisso a uma maior equidade e sustentabilidade. Reconhecemos que esta mudança não pode acontecer sem uma liderança responsável a nível local, nacional e internacional, ligada à participação dos cidadãos a todos os níveis. Em particular, enfatizamos o direito à participação daqueles que são marginalizados ou excluídos.

Nós apoiamos, sinceramente, o cumprimento dos Objectivos de desenvolvimento do milénio e a sua implementação até 2015. Nós temos que ir além do horizonte dessa data até 2050. Além disso, temos que ir além da agenda de desenvolvimento tradicionalmente aceite até uma mais ampla definição de temas que motivam a análise das pessoas, a atenção e a acção. Com efeito, procuramos desenvolver as sinergias que os actores de várias áreas podem criar para alcançar objectivos comuns. Muito bom trabalho já está a ser feito por indivíduos, grupos, organizações e governos que trabalham em questões semelhantes. No entanto, com demasiada frequência trabalham num estilo descoordenado e sem consulta e cooperação suficiente. O nosso objectivo visa a criação de um quadro que irá providenciar esses elementos que faltam, aumentando assim a eficácia de outros esforços diferentes.

A mais valia do Processo de Helsínquia do século 21 consiste no lançamento de tal quadro com vista a ajudar a assegurar uma comunidade internacional mais pacífica, justa e estável. No entanto, reconhecemos que mesmo que todos os actores redobrem os seus esforços colectivos para resolução de problemas, não será suficiente para ultrapassar os défices fundamentais em matéria de democracia, coerência e conformidade: as pessoas não estão suficientemente envolvidas nas decisões que

moldam as suas vidas; as políticas divergem ou contradizem-se; e alguns actores recusam-se a manter as suas promessas ou a respeitar a lei.

O Processo de Helsínquia procura criar uma grande «tenda» para juntar, encorajar e ligar propostas existentes e actores. Nós esperamos que o acompanhamento do nosso trabalho providencie um quadro operacional e um espaço público em que diversos responsáveis possam trabalhar em conjunto para criar um futuro mais equitativo e sustentável. No âmbito deste quadro esperamos promover novas coligações e mecanismos para avaliar ideias, inovações e propostas para promover a agenda de reforma global, para controlar o progresso dos mesmos e ajudar a mobilizar a vontade política necessária e os recursos para a sua implementação.

O presente Processo de Helsínquia do século 21 tem como objectivo fortalecer o compromisso com a Declaração do Milénio enquanto amplia a sua agenda. O Processo de Helsínquia procura estimular esforços semelhantes nos contextos regional, nacional, urbano e local. Podemos então também ligar a competência cívica reconhecida ao benefício da governança representativa e legítima.

Além disso, o Processo de Helsínquia irá confrontar as ameaças centrais ao nosso planeta e aos seus habitantes que requerem um novo nível de consciência global e de resolução de problemas. Os governos que partilhem da mesma opinião e que pretendem agir com base no trabalho do Processo de Helsínquia, podem assumir a liderança em matéria da inspiração da vontade política necessária para abordar estas preocupações globais, enquanto cooperam com outros responsáveis. Nós prevemos um grupo de redes que permite aos governos e outros actores a liberdade de se concentrarem numa, várias ou todas as questões identificadas.

Nós propomos a realização de uma série de Mesas Redondas com vista a trabalhar nos assuntos globais e desafios identificados por nós, e outras entidades, durante o nosso trabalho e em muitos outros. Estas Mesas Redondas transparentes devem estar abertas a todos os interessados e às partes relevantes tais como os governos, incluindo representantes eleitos nos governos nacional, regional e local; organizações e movimentos da sociedade civil e internacionais, comércio, organizações de fé e sindicatos; organizações intergovernamentais; participantes de outras comissões sobre temas globais; académicos, jornalistas, instituições de pesquisa e grupos de pensadores.

Os mandatos precisos e as práticas de trabalho das Mesas Redondas serão definidos pelos próprios participantes. Tais Mesas Redondas não podem substituir instituições legítimas da governança democrática, mas podem exercitar uma influência real e providenciar mais valias para outros processos que têm a responsabilidade formal de implementação das reformas globais.

O Grupo de Helsínquia tem trabalhado em cinco pacotes de questões: Pobreza e Desenvolvimento; Direitos Humanos; Ambiente; Paz e Segurança; e Governança. No entanto, uma estreita concentração em apenas qualquer uma delas irá obscurecer

importantes temas colaterais que podem ser vistos apenas quando são compreendidos em conjunto. Em cada um dos cinco pacotes, o Processo de Helsínquia irá procurar intensificar o compromisso com a implementação da Declaração do Milénio e encorajar a mudança transformadora, com a nossa concentração nas necessidades dos pobres e impotentes e o objectivo firme de construir um futuro partilhado que seja mais seguro, mais igual, mais justo e mais sustentável.

Na criação deste futuro partilhado, as pessoas são inspiradas por visões que são enraizadas e alimentadas pelas diferentes tradições culturais, morais e religiosas. Nós apoiamos o diálogo das civilizações de forma a alargar o nosso entendimento mútuo dos desafios que defrontamos.

A abordagem da Mesa Redonda convida a novas soluções para os problemas complexos. O recrutamento de pessoas com diferentes, mesmo conflituosas, perspectivas para trabalhar em conjunto por um futuro melhor, deve ajudar a gerar políticas eficazes e a vontade para as implementar.

Membros do Grupo de Helsínquia

PRESIDENTES ADJUNTOS

Erkki Tuomioja, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Finlândia/Paula Lehtomäki, Presidente adjunto, Ministra do Comércio e do Desenvolvimento, Finlândia

Jakaya M. Kikwete, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da República Unida da Tanzânia/Abdulkader A. Shareef, Presidente adjunto, Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da República Unida da Tanzânia

MEMBROS

Maria Livanos Cattai, Secretária-Geral, Câmara Internacional do Comércio (1996-Junho 2005), Suíça

John Evans, Secretário-Geral, Comité Consultivo Sindical para a OCDE, Reino Unido

Susan George, Presidente da Administração do Instituto Transnacional [Amesterdão], Vice-presidente da ATTAC França, EUA/França

Heba Handoussa, Conselheira, Fórum de Pesquisa Económica, Egipto

SAR o Príncipe El Hassan bin Talal, Presidente do Clube de Roma e Presidente do Fórum Árabe do Pensamento (Arab Thought Forum), Reino Hashemita da Jordânia

Irene Khan, Secretária-Geral, Amnistia Internacional – Secretariado Internacional, Reino Unido

Martin Khor, Director, «Third World Network», Malásia

Shantong Li, Director-Geral, Centro de Investigação e de Desenvolvimento do Concelho de Estado, China

Poul Nielson, Antigo Membro da Comissão Europeia, Dinamarca

Thoraya Ahmed Obaid, Director Executivo, UNFPA (Fundo das Nações Unidas para a população), Arábia Saudita

Ann Pettifor, Directora da «Advocacy International Ltd.», Principal Associada da Fundação das Novas Economias, Reino Unido

Vijay Pratap, Responsável pelas Convocações, Vasudhaiva Kutumbakam – Coligação Global para a Democracia Integral, Índia

Konrad Raiser, Antigo Secretário-Geral do Concelho Mundial de Igrejas, Alemanha

Cyril Ramaphosa, Directora Executiva, Grupo Shanduka, África do Sul

Jean-Francois Rischard, Vice-presidente para a Europa, Banco Mundial, França

Mary Robinson, Antiga Presidente da Irlanda , Directora Executiva, Conquista de Direitos: A iniciativa ética de globalização, Irlanda

Clare Short, Membro do Parlamento, Reino Unido

Martha Suplicy, Antiga Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Brasil

Peter Sutherland*, Antigo Director-Geral, OMC, Presidente da «BP p.l.c.», Irlanda

Strobe Talbott, Presidente, Instituição Brookings, EUA

* O Sr. Sutherland participou e contribuiu para o trabalho do grupo e continua ligado ao Processo de Helsínquia, mas declinou aprovar a Declaração e as Propostas devido a desacordo com os textos.

Processo de Helsínquia sobre a Globalização e a Democracia Grupo de Helsínquia

PROPOSTAS DO PROCESSO DE HELSÍNQUIA

O Grupo de Helsínquia tem trabalhado nos cinco pacotes interligados de questões identificadas na Declaração do Milénio das Nações Unidas: Pobreza e Desenvolvimento; Direitos Humanos; Ambiente; Paz e Segurança; e Governança. Nós

não tentámos classificar estas questões, nem referimos todas as questões que necessitam ser abordadas. As propostas seguintes nem sempre reflectem um pleno consenso do Grupo de Helsínquia. Em conjunto com as propostas das três Pistas do Processo de Helsínquia, elas envolvem itens aos quais demos particular atenção. Estas são sugestões que devem ser trabalhadas pelas mesas- redondas e consideradas pelos governos e outras partes.

Pacote 1, Pobreza e Desenvolvimento

O mundo concorda actualmente com as estratégias, políticas e acções requeridas para a erradicação, a nível mundial, da pobreza extrema. A Declaração do Milénio, com os seus Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, apresenta uma expressão intensa da vontade comum de 189 Estados e um quadro a seguir para a acção comum. Adicionalmente, na Conferência de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento o mundo chegou a um consenso no que respeita a partilha de responsabilidades para a erradicação da pobreza. Os países em desenvolvimento assumiram o compromisso de se responsabilizarem pela redução do nível de pobreza nos seus países e de levar a cabo as reformas políticas e económicas necessárias. Os países desenvolvidos comprometeram-se a melhorar o acesso ao mercado para desenvolver os produtos nacionais, solucionar o problema da dívida e aumentar o nível de cooperação para o desenvolvimento. Além disso, é cada vez mais reconhecido que as economias de mercado emergentes também podem melhorar o acesso dos países menos desenvolvidos aos seus mercados.

Mas existe uma grave falha de conformidade com estes compromissos. Quase cinco anos após a Declaração, e alguns meses antes do Evento Público em Nova Iorque onde os Estados se reunirão para monitorizar os níveis de progresso, o mundo permanece bastante desviado da direcção certa. Estão a ser feitos progressos na Ásia, mas a pobreza continua a crescer na África subsahariana onde a necessidade e a dor têm sido mais sentidas. Com o actual volume de financiamento e o ritmo actual de implementação, existe uma grande probabilidade de a maioria dos Objectivos de desenvolvimento do milénio não serem alcançados e de os objectivos vitais de reduzir pela metade a pobreza extrema, fornecer educação básica universal para todos, alcançar a igualdade entre homens e mulheres e conseguir uma drástica redução nas taxas de mortalidade materna e infantil não serem alcançados em muitos países até 2015. Com as taxas actuais de progresso, estes objectivos serão conseguidos apenas algumas centenas de anos mais tarde. Esta tendência ainda pode ser corrigida. É igualmente importante reconhecer a necessidade de atribuir principal atenção à recomendação do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, relativamente à inclusão da saúde reprodutiva como uma estratégia eficaz para alcançar os Objectivos de desenvolvimento do milénio.

Todos os governos agindo em conjunto têm que acabar com o conflito, a violência, os abusos aos direitos humanos, a corrupção e o mau funcionamento económico nos seus países e criar um ambiente positivo e que permita o espírito empresarial em termos de uma estrutura legal e regulamentar apropriada, tecido socioeconómico,

sistema financeiro, uma taxa base alargada, melhores infra-estruturas e o acesso dos menos beneficiados aos recursos produtivos.

Os países desenvolvidos devem viver de acordo com os seus compromissos relacionados com o acesso ao mercado, subsídios para a agricultura, exoneração da dívida e a Ajuda pública ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve ser implementada uma acção mais combinada e inovadora a nível internacional, em particular no que respeita a gestão da crise financeira. A opinião pública global está cada vez mais a favor da exoneração da dívida. Os líderes mundiais e as instituições financeiras internacionais fazem progressos rápidos para o cancelamento da dívida e esquemas eficazes para a exoneração da dívida. A atenção e a acção devem ser orientadas para a resolução de problemas dos baixos preços dos produtos de base enfrentados pelos países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento são encorajados a unir-se quando enfrentam os seus credores.

Os problemas globais requerem um financiamento global. De forma a complementar Ajuda pública ao desenvolvimento e trazer mais sustentabilidade ao desenvolvimento financeiro, é necessário criar outras fontes inovadoras de financiamento, tal como foi requerido em Monterrey. Muitas propostas foram apresentadas e exploradas, tais como uma taxa internacional para viajantes, a taxa de comércio de armas e a taxa de transacção de moeda, assim como o Mecanismo internacional de financiamento, o Dispositivo de seguro de riscos especiais para o cancelamento de dívidas e a reactivação do Fundo comum para os produtos de base. A viabilidade política e o aspecto prático destas propostas devem ser analisados urgentemente e as propostas viáveis devem ser apresentadas em processos internacionais e nos fóruns, onde têm lugar as decisões políticas e a implementação. É também importante que o aumento da ajuda bilateral seja predominantemente direccionado para o financiamento em efectivos para preencher os Objectivos de desenvolvimento do milénio.

É necessário um sistema muito mais rigoroso de contribuições. Os Estados individuais devem adaptar-se a um sistema mais disciplinado de forma a criar mais transparência e compatibilidade quando reagem a situações como o desastre do Tsunami e a crise de Darfur. É necessária uma melhor gestão dos donativos.

Mesmo as oportunidades existentes, as capacidades e o conhecimento que o mundo possui hoje, não são partilhadas de forma igual e eficaz. O impacto das nossas políticas e acções no domínio da pobreza seria melhorado através do realce da nossa sensibilidade às vozes da população pobre e marginalizada -- incluindo as vozes das mulheres que tendem a ser o grupo mais pobre e mais vulnerável. Mais devia ser feito da participação e da contribuição do Sul no que respeita os assuntos mundiais, dado o facto de que muitos países do sul têm ficado para trás tanto como beneficiários do desenvolvimento global como seus financiadores. As oportunidades de influência positiva e construtiva das religiões mundiais têm sido negligenciadas e nós encorajamos a angariação de fundos e esforços para o avanço global da cooperação e das parcerias entre as religiões mundiais e os seus líderes. As tecnologias modernas abriram enormes possibilidades por todo o mundo. Estas deviam ser partilhadas mais

abertamente e as candidaturas a favor dos pobres deviam ser mais desenvolvidas e utilizadas. No desenvolvimento das TIC, os esforços devem ser concentrados na promoção de fonte aberta.

A criação de emprego de qualidade e de meios de subsistência sustentáveis devem ser primordiais na agenda da redução da pobreza global. Com base nas conclusões da Comissão Mundial da OIT, o trabalho decente deve ser desenvolvido como um importante compromisso político. O trabalho decente envolve a criação de empregos, a protecção dos direitos fundamentais no trabalho, criar inclusive protecção social e dar voz aos trabalhadores através do diálogo social. Além disso, iniciativas envolvendo os governos, sindicatos, a sociedade civil e comercial devem ser introduzidas para promover a extensão do trabalho decente na forma de trabalho e protecção social aos actuais trabalhadores desprotegidos, nos sectores formais e informais. As actividades económicas e produtivas da população pobre seriam bastante realçadas através da atribuição de plenos poderes aos pobres que possuem propriedade mas não têm direito de a utilizar como garantia para as suas actividades económicas.

O mundo precisa de uma abordagem adequadamente equilibrada perante o investimento directo estrangeiro. Tal abordagem necessita visar as preocupações legítimas dos governos para a prestação de serviços públicos, a protecção do ambiente e a salvaguarda do estatuto das culturas nacionais e minoritárias.

Um sistema de comércio aberto, incluso, multilateral e baseado em regras contribuiu de forma vital para a paz e a estabilidade, assim como para o desenvolvimento e o bem-estar global. Esta função pode, no entanto, ser ameaçada a não ser que as preocupações legítimas que criaram dúvidas e mesmo hostilidade perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) sejam abordadas.

A Ronda de Doha, em decurso, é uma oportunidade importante. A credibilidade e sucesso do sistema de comércio multilateral será em larga extensão dependente da contínua redução dos subsídios da agricultura e das barreiras do mercado nos países desenvolvidos e do vasto melhoramento do acesso em benefício dos países em desenvolvimento. Os países em desenvolvimento devem também contribuir para o sucesso da Ronda de acordo com as suas necessidades e capacidades.

O desenvolvimento e o combate à pobreza têm de constituir uma preocupação central nas negociações da OMC. A capacidade dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais tem de ser reforçada, devendo os mesmos países ser capazes de utilizar plenamente o espaço fornecido pelo tratamento especial e diferencial e as provisões reforçadas para este princípio. Ainda, os problemas de implementação das regras existentes devem ser abordados de forma adequada. Enquanto a liberalização do comércio pode ser um ímpeto forte para o crescimento e a redução da pobreza, quando concebida e implementada de forma adequada, o custo do ajuste sectorial pode ser demasiado alto para ser aceite. Portanto, as políticas de liberalização têm de ser planeadas com cuidado e no caso de custos de ajuste deve ser disponibilizada assistência adequada, especialmente a grupos vulneráveis.

É importante continuar a desenvolver o sistema de comércio internacional, baseado em regras, numa base multilateral e inclusiva e resistir às disposições regionais e bilaterais que são discriminatórias e que distorcem o comércio.

As regras existentes em matéria dos direitos de propriedade intelectual necessitam ser desenvolvidas para uma melhor consideração das preocupações legítimas dos países em desenvolvimento.

A tomada de decisão, os procedimentos de negociação e a transparência da Organização Mundial do Comércio necessitam ser melhorados. As recomendações do Serviço consultivo da Organização Mundial do Comércio devem ser consideradas.

Pacote 2, Direitos Humanos

O papel central dos direitos humanos foi reconhecido pelo Secretário-Geral das NU, Kofi Annan, no seu relatório «Numa Maior Liberdade: Para o desenvolvimento, Segurança e Direitos humanos para Todos». O relatório propôs uma nova estrutura em que os direitos humanos seriam um dos três pilares das NU em conjunto com o desenvolvimento e a segurança. Tal iria envolver a criação de um novo Conselho dos Direitos Humanos e o reforço do Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos, juntamente com o sistema e os mecanismos de controlo do Tratado das NU. Estas propostas merecem receber uma consideração positiva. Nós apoiamos a opinião do Secretário-Geral de que não haverá desenvolvimento sem segurança, não haverá segurança sem desenvolvimento e que «nós não iremos desfrutar de nenhum deles sem o respeito dos direitos humanos».

A ratificação dos tratados-chave internacionais de direitos humanos, incluindo aqueles que se relacionam com a garantia dos direitos humanos das mulheres e das raparigas, tem progredido com regularidade, mas continua a haver uma grande lacuna entre os compromissos e a acção concreta. Nós apoiamos reformas que irão tornar a vigilância internacional e a implementação dos compromissos dos direitos humanos mais equilibradas e eficazes.

O reforço dos direitos humanos constitui uma parte essencial dos esforços para realçar os princípios de direito nas relações internacionais. Todos os violadores dos direitos humanos deve responder perante a justiça. O Tribunal Penal Internacional será bem-vindo como o primeiro tribunal do seu tipo, permanente e baseado no tratado, instigando todos os países a respeitar a integridade do Tribunal e a aderir ao tratado estipulando o seu estabelecimento.

O terrorismo e o crime organizado são considerados violações dos direitos humanos. Estas actividades criminais pedem uma cooperação multilateral eficaz - entre a polícia e os serviços de segurança - dentro de um quadro de total respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. O sucesso a longo prazo dos nossos esforços no combate ao terrorismo também depende da medida em que o respeito pelos direitos

humanos e os princípios de direito permanecem como princípios de orientação nas nossas acções contra o terrorismo. Nós instigamos os líderes de Estado a serem firmes na sua adesão aos padrões dos direitos humanos e a cooperar na investigação e condenação de terroristas suspeitos e das suas redes. As Convenções de Genebra devem ser examinadas considerando a emergência dos agentes não estatais em guerra, de forma a desenvolver um acordo à volta de regras claras e obrigatórias, para proteger a integridade do Estado e do indivíduo.

O tráfico de seres humanos, sendo as mulheres e as crianças as vítimas mais vulneráveis, é um assunto global e requer acções responsáveis por parte de todos os países. O tráfico deve ser considerado primeiramente como um crime contra as suas vítimas, não contra os Estados. As acções contra o tráfico devem incluir reformas legislativas, crescente sensibilização e formação e maior cooperação internacional. O apoio e a protecção às vítimas de tráfico precisa de ser reforçado. O tráfico deve também ser abordado em termos da sua fonte através da garantia da segurança humana dos mais vulneráveis e das comunidades em maior risco.

Tornando as acções preventivas e pró-activas da comunidade internacional mais oportunas e eficazes não elimina a necessidade de estar melhor preparado para os refugiados e pessoas deslocadas internamente, que os conflitos violentos, as violações dos direitos humanos e também a crescente degradação ambiental irão continuar a criar. Todos os governos devem respeitar os direitos de asilo estabelecidos pela Convenção de Genebra relativa aos refugiados e rever a necessidade de actualizar a Convenção para a tornar mais relevante às realidades actuais. A responsabilidade pela protecção e instalação de refugiados deve ser partilhada totalmente pela comunidade internacional como um todo.

As mulheres continuam a ser discriminadas e a sofrer devido à desigualdade económica, legal, política e social. Em muitos países as oportunidades de educação e emprego para as mulheres são restritas e elas não têm os mesmos direitos de propriedade e herança que os homens. A violência doméstica contra as mulheres é também comum, mesmo em países onde a legislação é igual e suficiente, mas a sua implementação é vaga. A ligação entre os direitos humanos e o desenvolvimento é evidente quando são negados direitos de igualdade às mulheres. Nós pedimos que a inclusão de uma avaliação dos efeitos dos direitos da mulher seja um procedimento padrão em todas as resoluções internacionais, acordos e tratados.

Assegurando que os benefícios da globalização são partilhados por todos os apelos ao pleno respeito e implementação dos direitos do trabalho, como conservado nas convenções relevantes da OIT. Pressões competitivas demasiado frequentes – como as vistas no crescimento das zonas de processamento de exportação – enfraquecem os padrões centrais do trabalho. Os mesmos devem fazer-se obedecer pelos governos como base da decência na economia global.

O respeito pelos direitos humanos é compatível com o desenvolvimento económico e irá também beneficiar o comércio através da melhoria da governança, da redução da

corrupção e da contribuição para a estabilidade do meio económico e comercial. Apoiamos o estabelecimento de um Representante Especial do Secretário-Geral dos Direitos Humanos e Comércio Transnacional, o que irá aprofundar o debate sobre o comércio e os direitos humanos e ajudar a clarificar a responsabilidade adequada do comércio na esfera dos direitos humanos. Apelamos à comunidade comercial que continue os seus esforços, com padrões voluntários, no âmbito da responsabilidade social global corporativa. Devem haver normas mais eficazes e melhor aplicadas com vista à gestão dos padrões do trabalho nas operações globais das empresas.

Pacote 3, O Ambiente

Apesar dos governos e das pessoas por todo o mundo terem adoptado o conceito de desenvolvimento sustentável, nós continuamos ainda longe de o colocar em prática. O crescimento populacional está a diminuir mas a população mundial continuará a crescer por muitas décadas. O crescimento económico e a redução da pobreza envolvem inevitavelmente o uso de recursos naturais e só recentemente é que a consideração da sustentabilidade do uso de recursos se tornou uma prioridade. Os efeitos cumulativos dos séculos de uso insustentável dos recursos naturais, poluição e emissão de gases com efeito de estufa, não podem ser conhecidos com certeza, mas já é claro que o aquecimento global e a perda de recursos ambientais constituem uma ameaça muito séria ao futuro. O insucesso desta geração em termos da abordagem destas questões ameaça as futuras gerações.

Muitos sucessos podem ser apontados no que respeita a redução da poluição e a prevenção de danos ambientais permanentes a nível local, nacional e regional. Alguns assuntos globais têm também sido abordados com sucesso através de acordos como o Protocolo de Montreal, que proíbe as substâncias destruidoras da camada de ozono. A mudança do clima, a desflorestação, o empobrecimento da biodiversidade, a extinção de espécies, o défice de água, a pesca em excesso e a poluição marítima ainda requerem, no entanto, mudanças urgentes no que respeita a políticas e acções antes que sejam provocados danos irreversíveis no ambiente. O aumento da prosperidade tornou muita gente mais consciente da necessidade da qualidade do ambiente.

A mudança do clima requer soluções globais já que todos os países irão sofrer os seus efeitos. Enquanto os países desenvolvidos carregam a responsabilidade de acção imediata para controlar as emissões de gases com efeito de estufa, são os países mais pobres e o seu povo que estão mais vulneráveis. Enquanto se dá as boas-vindas à entrada em vigor do Acordo de Quioto, sabemos que, na melhor das hipóteses, este apenas poderá abrandar ligeiramente o avanço da mudança do clima.

Dando as boas-vindas pelo reconhecimento dos Estados Unidos que a mudança do clima é um problema que deve ser abordado, acreditamos que chegou o momento de começar a trabalhar num novo acordo do qual os Estados Unidos e todos os outros países devem-se tornar parceiros. Análises científicas apontam para um aumento das temperaturas médias mundiais em dois graus Celsius, como um limiar provável para accionar danos irreparáveis numa escala global. Para prevenir que tal aconteça,

devemos tentar chegar a um acordo no que respeita uma futura limitação das emissões de gases com efeito de estufa em 15-30 por cento em 2020 e 60-80 por cento em 2050, comparados com os níveis estimados no Protocolo de Quioto. O alcance desses objectivos requer a utilização de todos os instrumentos disponíveis, incluindo o investimento em novas tecnologias, intercâmbio de emissões e taxas sobre o carbono.

A deflorestação e a degradação da floresta contribuem para a mudança do clima e a perda da biodiversidade, assim como ameaçam a subsistência e as tradições dos indígenas e de outras comunidades e povos dependentes da floresta. Apelamos por um quadro jurídico baseado na Nações Unidas com vista a abordar estas questões que colocam a floresta sustentável em risco e a implementar os objectivos das convenções internacionais relevantes sobre o ambiente. O mesmo deve incluir a atribuição de poder às redes de participação autorizadas para o povo indígena e outras comunidades dependentes da floresta e permitir que o negócio sustentável beneficie de mercados transparentes.

Os recursos de água doce estão a tornar-se cada vez mais escassos. O acesso aos recursos hídricos é também, cada vez mais, uma potencial causa para os conflitos internacionais, sendo a população pobre quem mais sofre com a má gestão dos recursos hídricos. Nós apelamos pelo desenvolvimento de uma gestão dos recursos hídricos melhor integrada, a qual requer a participação e envolvimento de todos os actores locais.

A coerência e eficácia dos nossos esforços para gerir o ambiente de forma sustentável deve ser realçado. A fundação de uma organização mundial do ambiente deve ser considerada.

Pacote 4, Paz e Segurança

A paz e a segurança são globalmente indivisíveis no mundo de hoje. Ninguém pode desfrutar de total paz e segurança se alguns não o podem. O espectro da guerra nuclear global regrediu consideravelmente com o fim da guerra fria e a ameaça de guerra tradicional entre Estados da nação já não é a preocupação de segurança dominante. O conflito armado, incluindo a potencial utilização de armas nucleares, não foi eliminado mas agora inclui o risco de uma ou mais partes não estatais. Conflitos regionais e mesmo locais, se não forem assistidos, podem ter consequências numa escala global. É essencial, no entanto, que os dispositivos de segurança existentes estejam actualizados e reforçados para abordar futuras ameaças emergentes e potenciais.

Mesmo que as ameaças tradicionais à segurança possam ser melhoradas, as pessoas não estão necessariamente mais seguras num mundo onde as violações aos direitos humanos, os conflitos alimentados por divisões étnicas, religiosas ou outras, a persistência da pobreza e a marginalização e humilhação de muitas pessoas, criam as bases para o ódio, a violência, o extremismo e mesmo o terrorismo, por vezes em numa escala maciça.

As novas ameaças vão para além das ameaças de segurança tradicionais. Ameaças como a crise ambiental e os crescentes e regulares danos ambientais, o VIH/SIDA e outras doenças transmissíveis, o crime organizado transfronteiriço, o tráfico, a droga e o terrorismo ameaçam não só os Estados mas também os seus cidadãos directamente. A segurança da nação e a segurança humana estão entrelaçadas.

Precisamos da cooperação multilateral e eficaz e de instituições reforçadas, baseadas em regras, sob a protecção das Nações Unidas, de forma a enfrentar com sucesso às novas ameaças à segurança da nação e das pessoas. Em particular, o terrorismo não pode ser eliminado sem que sejam também abordados os conflitos por resolver e as condições de insegurança que alistam novos recrutas para actos e movimentos violentos. É necessária uma convenção de teor global sobre o terrorismo.

Para evitar que as armas de destruição maciça caiam nas mãos de grupos terroristas, é necessária uma análise clara e formas de acção mais imaginativas, acordos mais fortes para limitar a sua proliferação, e a promoção para o desarmamento. Apelamos por acções responsáveis dos Estados nucleares e não nucleares, para reforçar o Tratado sobre a não proliferação e a recente entrada em vigor do Tratado de interdição completa dos ensaios nucleares.

As armas pequenas matam mais pessoas todos os anos do que as armas pesadas nas mãos dos exércitos. Um tratado internacional relativo à limitação do comércio de pequenas armas e de armas leves deve ser considerado. Tal poderá assegurar que qualquer comércio contínuo seja conduzido sob regras acordadas com completa transparência. Tal tratado poderia também incluir provisões relativamente a uma taxa internacional sobre a venda de armas, contribuindo para novas formas de desenvolvimento das finanças.

As mudanças na área da segurança global e a natureza das actuais ameaças não foram adequadamente reconhecidas nas estratégias de segurança e nos gastos militares da maioria dos países. Muitos Estados continuam a direccionar as suas despesas militares para crescentes propósitos obsoletos. Em contraste, as capacidades não militares e as políticas, que poderiam confrontar as novas ameaças à segurança humana, estão seriamente subfinanciadas.

O princípio da responsabilidade de protecção propõe melhorias a nível da capacidade da comunidade internacional, para a prevenção e a resolução do conflito, a gestão da crise civil e militar e a capacidade para a localização de forças necessárias para estes propósitos rapidamente. Os esforços das organizações regionais para ficar com a responsabilidade pela resolução do conflito e a gestão da crise nas suas regiões, devem ser realçados.

Os desafios na área da paz e da segurança não podem ser abordados eficazmente e equitativamente sem ser dada atenção, em simultâneo, às preocupações por uma

melhor governança, à redução da pobreza e ao desenvolvimento e ao respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente.

Pacote 5, Governança

A globalização, a crescente independência e a indivisibilidade da segurança aumentaram grandemente a necessidade da comunidade internacional de realçar o sistema baseado em regras da cooperação multilateral em todas as esferas do esforço humano. Tal tem sido mais evidente na área do ambiente e do comércio, mas a necessidade de mais regras globais universais é evidente em muitas áreas da vida social. A Comissão Mundial da OIT demonstrou que a dimensão social da globalização tem sido negligenciada nas estruturas de governança. Longe de reduzir o papel dos governos, a globalização realçou a necessidade de reforçar e aumentar a eficácia do papel das nações unidas, governos e do sector público. Embora reconhecendo a necessidade do alargamento da função e da participação das organizações internacionais e não governamentais na cooperação internacional, os governos continuarão a ser os actores principais e os que podem providenciar legitimidade democrática à governança da globalização.

Ao mesmo tempo, também precisamos de abordar a mudança fundamental nas relações internacionais que a globalização causou. Existe um défice de governança em estruturas internacionais em termos de responsabilidade, igualdade de tratamento, coerência política, inclusividade e democracia. Além disso, além dos Estados, existem centenas de outros actores multinacionais, empresas, sociedade civil e organizações internacionais. Os Estados já não são os únicos actores no cenário internacional e têm de desenvolver boas e abertas relações de trabalho com todos os actores benévolos não estatais. As redes híbridas que visam os problemas globais do indivíduo devem ser promovidas, como uma maneira de ligar a colaboração entre todos os responsáveis com vista a uma solução global de problemas, mais profunda e mais rápida.

O alargamento eficaz da regra parlamentar democrática constitui a forma central para garantir instituições nacionais e globais e o princípio de direito. A democracia é uma pré-condição importante para a prevenção do conflito e a segurança humana. Adicionalmente, o desenvolvimento económico depende das instituições democráticas adequadas. Os esforços de criação estatal e a criação de capacidades a nível nacional devem ser apoiados. A informação aberta e uma sociedade civil activa são vitais nestes esforços. Dar um passo em frente no uso da informação e das tecnologias da comunicação na criação estatal é possível.

A urbanização é tanto um desafio como uma oportunidade no mundo de hoje. Deve ser criado um governo local mais eficaz e metropolitano, com total participação e domínio do povo, para que a voz da população pobre urbana, em particular, seja adequadamente ouvida.

Nós apoiamos as propostas de reforma das NU do Grupo de Alto nível e do Secretário-Geral das NU para as reformas das NU. A reforma do Conselho de

Segurança pode fornecer elementos para um novo, informal e mais equilibrado G-20+, ou um grupo de líderes equivalente, com uma voz crescente para o Sul no que respeita a administração económica.

Enquanto as organizações e as negociações internacionais irão permanecer essencialmente sob o domínio da cooperação intergovernamental, a responsabilidade democrática das organizações existentes deve também ser melhorada através da participação crescente dos parlamentos nacionais no que respeita a gestão económica global. Tal requer um alargamento da função dos parlamentos nacionais, no domínio da vigilância e da atribuição do trabalho dos seus governos em fóruns internacionais, assim como o reforço e a criação de novos fóruns para a cooperação interparlamentar em diferentes organizações internacionais.

Os parlamentares eleitos em eleições livres e justas, devem ser encorajados e ajudados a participar tanto na preparação como na vigilância das eleições. A vigilância internacional das eleições não deve ser selectiva, mas deve cobrir totalmente todos os processos eleitorais em qualquer parte do mundo. Embora não havendo nenhum modelo único para as eleições democráticas e tendo que ser respeitada a diversidade dos arranjos constitucionais democráticos, apelamos por um aumento do diálogo e da cooperação no domínio do desenvolvimento de padrões comuns, pelos quais devem ser avaliadas eleições democráticas livres e justas.

A crescente complexidade e interdependência de problemas e soluções globais requer reformas que melhorem os sistemas tradicionais compartimentados de governos nacionais e organizações multilaterais. A falta de coerência tanto em termos de políticas como de acções, necessita ser corrigida. Como solicitado na Comissão Mundial da OIT, há uma necessidade de um «Fórum de Políticas da Globalização» que permite a consulta regular e transparente e a coordenação entre as NU e as suas agências, as Instituições de Bretton Woods e a OMC. A reforma destas instituições deve aumentar a coerência das suas políticas e acções.

A agenda delineada nestas cinco áreas vai além da resolução pragmática do problema. As questões estão interrelacionadas de múltiplas formas. Uma visão planetária é necessária para a consciência da teia delicada de inter-relacionamentos e vulnerabilidade e para a capacidade de formação de uma ordem baseada na responsabilidade mútua.